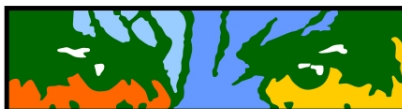


P R O J E T O



# Aldeias Vigilantes

## REGISTRO DE VIAGEM E AÇÕES DA 2ª FASE DO PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

OFICINA DE EMPODERAMENTO  
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

DE 26 A 30 DE JULHO DE 2006.

TERRA INDÍGENA CAMPINAS  
POVO KATUKINA

EXECUÇÃO:



APOIO:



GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA  
JUSTIÇA

PARCERIAS :



Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre **AMAAI/AC**

**OPIN**  
ORGANIZAÇÃO DOS  
POVOS INDÍGENAS

**PGE**  
Procuradoria Geral do Estado do Acre  
Procuradoria do Meio Ambiente



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO ACRE  
COORDENADORIA DO MEIO AMBIENTE E DO  
PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE  
**IMAC - SEMA - SEPI**





## REALIZAÇÃO

Amazonlink.org

## APOIO

Ministério da Justiça – Secretaria de Direito Econômico  
Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direito Difuso – CFDD

## PARCERIAS

MMA – Ministério do Meio Ambiente /DPG – Departamento de Patrimônio Genético

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

IMAC/SEMA – Instituto de Meio-Ambiente do Estado do Acre/ Secretaria de Meio-Ambiente e Recursos Naturais

SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas

ISA – Instituto Sócio-ambiental

PF - Polícia Federal

PGE – Procuradoria Geral do Estado

OPIN – Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia

PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrado



## [ EQUIPE DE CAMPO ]

AMAZONLINK.ORG

**Marta Nogueira do Nascimento**

Coordenador do Projeto Aldeias Vigilantes

**Lyvia Milenna de Souza Rocha**

Técnica da Amazonlink.org

**Renato Farias de Araujo**

Técnico da Amazonlink.org

**Gardênia Rodrigues**

Técnica da Amazonlink.org

ISA

Henry Novion

IBAMA

Sirlene Fernandes da Silva

SEPI

Isabela Figueiredo de Oliveira

## [ LOCALIZAÇÃO ]



OFICINA DE EMPODERAMENTO  
PROJETO ALDEIAS VIGILANTES

DE 26 A 30 DE JULHO DE 2006.

TERRA INDÍGENA CAMPINA  
POVO KATUKINA



## [SUMÁRIO]

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
<b>2. POVO KAXINAWA</b>	
2.1. Informações Gerais	05
<b>3. PLANEJAMENTO DA OFICINA</b>	
3.1. Referência	06
3.2. Equipe	
3.3. Local	
3.4. Metodologia	
3.5. Programação	
<b>4. VIAGEM</b>	<b>11</b>
<b>5. OFICINA</b>	<b>11</b>
<b>6. AVALIAÇÃO</b>	
6.1. Avaliação da Comunidade	15
6.2. Avaliação da Equipe	
6.2.1. Pontos Negativos	
6.2.2. Pontos Positivos	
<b>7. ANEXOS</b>	<b>16</b>
I – Lista de Presença	



## [ 1. INTRODUÇÃO ]

Dando continuidade ao cronograma do Projeto “**Aldeias Vigilantes**”: **uma nova abordagem na Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e no Combate a Biopirataria no Estado do Acre**, nos dias 27 a 29 de julho de 2006 reuniram-se na T.I Campinas os representantes indígenas das seguintes aldeias Bananeira, Masheia, Samaúma, Varinawa, Campinas pertencente a T. I Campinas.

Compareceram as lideranças de cada comunidade como os Caciques, Pajés, agentes agroflorestais, parteiras, professores, e agentes indígenas de saúde. Em três dias de oficinas foram tratados temas como biodiversidade, biopirataria, proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e a legislação referente.

## [ 2. POVO KATUKINA ]

### 2.1. Informações Gerais<sup>1</sup>

O povo katukina pertence ao grupo lingüístico pano, estão localizados em duas terras indígenas, sendo elas: A T.I. do rio Gregório, a primeira a ser demarcada no Acre, em 1982, com 92.859 hectares, no município de Tarauacá que também é habitada pelos Yawanawá, que ocupam sua porção sul. A segunda T.I. é Campinas, demarcada em 1984, com 32.624 hectares, sendo cortada pela a BR-364.

Sua economia baseia-se praticamente da agricultura, a qual consome a maior parte do tempo de suas atividades. A relação dos katukina com os animais é bem interessante, tendo uma classificação para os animais: **caça** (capivara (*ame*), paca (*ano*), paca-de-rabo (*kestavo*), veado (*txasho*), porquinho (*hono*), queixada (*yawa*) e anta (*awa*), animais considerados repulsivos: manbira, tamanduá-bandeira mucura, entre outros, também há animais considerados espíritos como é o caso da preguiça (*yuxin*).

Outra característica na cultura katukina são os rituais de cura, em que usam plantas e animais para curar doenças, espantar panema (má

<sup>1</sup> Informações retiradas do livro “Povos do Acre – História Indígena da Amazônia Ocidental” e do site do Instituto Socioambiental [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)



sorte). Como é o caso do kambô (*Phyllomedusa bicolor*), e as rezas em que são utilizados o tabaco e o rapé.

Outras atividades que o povo katukina apreciam são as brincadeiras e jogos em que participam todos da aldeia independente do sexo ou idade, as quais são mais frequentes no verão, devido ao fácil acesso de deslocamento das pessoas na aldeia.

As aldeias Katukina da T.I. Campinas (Masheia, Samaúma, Varinawa, Campinas e Bananeira) estão todas na margem da BR-364, que por um lado facilita o acesso ao transporte de mercadorias, por outro as aldeias já sentem a escassez de caça ocasionada pelo tráfego na estrada principalmente no verão onde o número de veículos é maior. Existem alguns programas do governo para compensação de impactos.

## [3. PLANEJAMENTO DA OFICINA]

### 3.1. Referência

No mês de fevereiro nos dias 15 a 17 do ano de 2006, a Amazonlink realizou o Seminário “Ciência e Saber na Amazônia: o Valor do Conhecimento (Princípios para proteção, pesquisa e Uso dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade)”, em que compareceram lideranças de diferentes etnias em que foram debatido temas referentes ao combate à biopirataria, neste seminário também foram escolhidas junto com as lideranças das etnias presentes, quais as T.I.s indígenas que seriam contempladas com as oficinas do projeto aldeias vigilantes.

### 3.2. Equipe

A equipe foi composta pelo corpo técnico da Amazonlink – Marta Nogueira (coordenadora), Renato Araújo e Milenna Rocha. Além do Representante do Instituto Sócio Ambiental – ISA, Henry Novion, representante do IBAMA – Cruzeiro do Sul, Sirleni Fernandes da Silva, e a representante da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI, Isabela Figueiredo de Oliveira.



### 3.3. Local

A T.I. do Campinas, localizada na margem da BR 364, no município de Cruzeiro do Sul, possui 5 aldeias: Campinas, Martins, Samauma, Masheya e Bananeira. Durante a articulação para realização da oficina, através de contatos com Fernando Katukina (FUNAI – Cruzeiro do Sul) e SEPI – Cruzeiro do Sul, foi indicado o kupixawa que fica na margem da BR, próximo a casa de trânsito da T.I., para a realização da oficina.



### 3.4. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada na oficina foi baseada na fase piloto do projeto, realizada com o povo Manchineri da T.I. Mamoodate, sendo esse ponto inicial para a criação das adaptações específicas de cada povo.

A oficina é basicamente construída sobre os seguintes pontos:

- **Apresentação do Projeto “Aldeias Vigilantes”** – Informações sobre os objetivos do projeto, cronograma de execução e parcerias;
- **Nivelamentos de conceitos** – Definição de conceitos como: conhecimentos tradicionais, conhecimento tradicional associado, biodiversidade, biopirataria e reflexão;
- **Leis de proteção dos conhecimentos tradicionais** – apresentação da Convenção da Diversidade Biológica, Constituição Federal e Medida Provisória;
- **Procedimentos de acesso aos recursos genéticos, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios** – Passo a Passo para o Acesso ao CTA<sup>2</sup>; Tipos de

<sup>2</sup> Conhecimento Tradicional Associado



pesquisa; Anuência Prévia, Contrato de Acesso e Repartição de Benefícios.

- **Sistema de Informações “Aldeias Vigilantes”:** Apresentação dos pontos de apoio e funcionamento do sistema.

Em cima desses conceitos-chave foi montada a seguinte programação.

### 3.5. Programação<sup>3</sup>

#### 1º Dia

Tarde

- Apresentação da equipe
- Apresentação do Projeto
- Apresentação da comunidade (dinâmica dos desenhos)
  
- Teatro sobre Biopirataria - Debate
- Autorizações
- Definição de Horários (conforme a realidade da comunidade indígena)
- Formação de grupos por aldeia:
  - Desenho sobre o que têm na aldeia que queremos Proteger.
- Definição de Conceitos:
  - Biodiversidade:
  - Debate: como proteger?
  - Proteger de quem?

#### 2º Dia

Manhã

Memória do dia anterior

Construção de conceitos, (extrair a noção que a comunidade tem, e depois falar sobre o conceito):

- Conhecimento Tradicional (e comunidade Tradicional) – o que é conhecimento tradicional? Pra que serve o conhecimento tradicional?

Debate (Porque é importante para a comunidade).

<sup>3</sup> Programação já com as adaptações feita para esta oficina





### **Conhecimento Tradicional Associado**

Debate: Esses conhecimentos têm algum valor?

**'Biopirataria'** ou **'roubo de conhecimento'** (diferenciar do uso de imagem)

Debate: (o que caracteriza essa biopirataria – empresa ou pessoa que tira planta, animal ou conhecimento sem autorização); qual o caminho para Proteção?

Tarde

Listar as leis que protegem os conhecimentos tradicionais e a biodiversidade

- **Constituição Federal**
  - Quem sabe explicar o que é?
  - É importante para os povos indígenas?
  - Artigo 225 – Cidadania, direitos: língua, terra, proteção da biodiversidade, autodeterminação;
- **CDB**
  - Quem conhece?
  - Por que e como surgiu?
  - O que é?
  - Princípios
  - 8.j – valor, anuência prévia, repartição de benefícios.
- **MP. 2.186/2001**
  - Quem sabe o que é?
  - Reforça e regulamenta a CDB
  - Cria o CGEN
  - O que é o CGEN? (Por que foi criado? O que faz?)

**3º Dia**

Manhã

Memória do dia anterior

**Como aplicar essas leis???**

### **Pesquisa Acadêmica**

Autorização da FUNAI  
Autorização da comunidade  
Reunião com informações  
SE houver acesso ao CTA -> CGEN



Dois tipos de pesquisa

**Pesquisa acadêmica;**

- Vários tipos de conhecimento
- Não tem fim econômico
- Pode ter benefício – o retorno do conhecimento
- Passo-a-passo
- Teatro

**Pesquisa comercial;**

Problematizar: hoje, o que uma pessoa faz para entrar e pesquisar na terra indígena?

- O Que é **Termo de Anuência Prévia;**
- Quem dá o termo de Anuência;
- Como se dá a discussão sobre a anuência
- (citar exemplos concretos)
  
- O que é **Repartição de Benefícios;**
- Quais os tipos (modalidades) de repartição de benefícios;

Quais os tipos de atividades nas aldeias geram Repartição de Benefício.

Tarde

**Passo-a-passo da pesquisa comercial**

**Teatro**

- Como se assegura a repartição de Benefícios e as demais obrigações: Contrato Acesso.
- O que é Contrato de acesso?
- Pontos (cláusulas) principais.
- Quem assina o contrato ou firma o compromisso. Comunidade e Instituição que acessa.

**Pesquisa Comercial**

Autorização da FUNAI  
Autorização da comunidade  
Anuência Prévia com informações  
Contrato de acesso e repartição de benefícios

**Sistema de Informações** – (pontos de apoio, como funciona)



## [ 4. VIAGEM ]

Os técnicos da Amazonlink chegaram em Cruzeiro do Sul às 12h no dia 26 de julho de 2006, onde se encontraram com Marta Nogueira (coordenadora do projeto) que havia chegado à cidade no dia anterior para melhor organizar as questões logísticas da viagem.

No período da tarde, ocorreu uma reunião na sede do IBAMA local com a Sirlene Fernandes - IBAMA, Henry Novion - ISA e equipe da Amazonlink.org, para discutir a programação, metodologia da oficina e fechar a logística da viagem para a aldeia.

A equipe saiu às 07h30min do dia seguinte 27/07, dividida em dois carros, um cedido pela SEPI e outro pelo IBAMA. A viagem a T.I. Campinas levou cerca de 02h e foi realizada sem nenhum contratempo. Ao chegamos a T.I., passamos por todas as cinco aldeias existentes para reforçar o convite à comunidade e em quase todas tivemos dificuldades em encontrar as lideranças, pois estavam todos em seus roçados, e as mulheres geralmente não falam português, assim, tivemos que aguardar a chegada destes para a apresentação da equipe, articulação da oficina e da alimentação para os três dias de trabalho.

A oficina teve início pela parte da tarde do dia 27/07 com encerramento no dia 29/07, no entanto tivemos que pernoitar na aldeia, pois havíamos combinado com os motoristas o retorno à cidade no domingo 30/07 pela manhã. O retorno à Cruzeiro do Sul ocorreu sem nenhum imprevisto.

## [ 5. OFICINA ]

As atividades da oficina foram iniciadas com a apresentação da equipe de moderadores e dos participantes da comunidade.

Logo nos primeiros momentos que chegamos a T.I., durante a articulação para início da oficina e durante as primeiras atividades de apresentação da comunidade e da equipe, pôde ser observado que a comunidade estava um pouco desmotivada a participar. Desmotivação essa ocasionada pela pouca informação que tinham sobre nosso trabalho, pois no primeiro dia, poucas pessoas estavam presentes na oficina, alguns afirmaram que os demais não se interessavam em participar porque não sabiam o que seria tratado, e quem eram as pessoas da equipe. Nos reunimos durante o



intervalo e em consenso, achamos melhor modificar nossa programação e passamos à encenação do teatro sobre biopirataria, que dentro da programação era realizado no segundo dia da oficina, pois consideramos esta a melhor maneira de demonstrar os objetivos de nosso trabalho e conquistar a atenção dos participantes. É geralmente neste momento onde a comunidade visualiza o que seria uma ação de biopirataria que ela passa a compreender o sentido da palavra e identificar-se com a questão, percebendo a importância da oficina, assim passa a ser muito mais participativa, sempre relatando ações que eles passam a classificar de biopirataria ocorridas na comunidade.

A exemplo do que ocorreu em outras oficinas o teatro foi a ferramenta principal de nosso trabalho. Durante o debate, sobre o teatro, todos participaram ativamente, relatando antigos casos de possível biopirataria ocorridos na T.I. e casos de pesquisadores que realizaram atividades nas aldeias sem esclarecer os objetivos de seus trabalhos à comunidade, citando exemplos, em particular de alguns antropólogos que nunca deram retorno de seus trabalhos a comunidade, afirmou Sr. Mauricio uma das lideranças da comunidade.

Neste momento do debate e em outros momentos da oficina a colaboração dos professores indígenas foi fundamental, para o aproveitamento das discussões, pois os mesmos traduziram as falas dos moderadores para a língua indígena e dos indígenas para o português, visto que muitos participantes não falavam nem compreendiam português.

A discussão ganhou força, levando uns 30 min, levando as pessoas a participarem da oficina, tanto que no dia seguinte o número de participantes aumentou bastante.

Ainda na mesma tarde, durante a apresentação dos desenhos, sobre o que tem na aldeia, a comunidade queixou-se de alguns problemas ocasionados pelo impacto da construção da BR 364 na T.I.:

- A escassez de animais de caça;
- A excessiva exposição a que a comunidade é submetida aos olhares dos transeuntes que passam pela estrada;
- As sucessivas entrada de pessoas estranhas na T.I.;
- E os vários registros fotográficos realizados sem autorização, pois muitas pessoas param ao longo da BR somente para fotografar e filmar os indígenas e aldeias da comunidade sem nenhuma autorização prévia.

Estas queixas estiveram presentes durante toda a oficina em várias falas dos participantes e especialmente a reclamação sobre o uso



desautorizado da imagem da comunidade, dentro desta questão um caso em particular foi citado por Sr. Mauricio, relatando que a FUNASA utilizou a imagem de uma criança katukina, em uma campanha da instituição, com estampa nas camisetas e agendas distribuídas em todo país, sem autorização dos pais da criança ou da comunidade.

Um dos frutos desta discussão foi a solicitação que a comunidade fez à SEPI, aproveitando a presença de um técnico representante para solicitar a instalação de placas ao longo da BR, com aviso de proibição do registro de imagens sem autorização dentro da T.I. Pois agora sabiam que o uso de sua imagem é algo passivo de permissão, da comunidade, onde ela tem autonomia para decidir pelo registro ou não. Notamos que este era o principal problema que a comunidade tinha em seu cotidiano e algo muito sério para todos, mas não tinha meios para solucionar, já que muitas informações sobre seus direitos eram ignoradas, incluindo esta.

Diante, de todos esta polêmica, apresentamos nossas solicitações de autorizações com muita cautela. A comunidade nos autorizou a realizar a oficina com a assinatura de um documento, mas com relação ao registro fotográfico dos trabalhos da oficina, apesar de toda a explicação de que as fotografias seriam utilizadas somente para promoção do projeto, especialmente ilustrações em relatório, não obtivemos nenhuma resposta e entendemos o silêncio como uma resposta negativa. Assim guardamos nosso equipamento e não nos remetemos mais ao assunto.

Dando continuidade à oficina, foi debatido junto com a comunidade o conceito de biopirataria, extraído da comunidade a compreensão dela sobre o termo. Para a comunidade não existia diferença entre, acesso desautorizado à biodiversidade e registro desautorizado de imagem, tudo seria biopirataria. – *“as pessoas passam pela nossa terra e ficam biopiratiando nossa fotografia, dos nossos filhos ...”* afirmou um indígena participante da oficina. Perante esta situação fomos obrigados a abrir um parêntese, para explicar melhor o que seria o termo **direito sobre uso de imagem** e qual a lei brasileira que fala sobre isso. Ressaltamos que o **acesso ao patrimônio genético** (aqui tratado como substâncias de plantas e bichos) é regulamentado por outra lei, que existe uma lei diferente para cada crime, e que trataríamos precisamente da Medida Provisória 2.186-16, que fala sobre o acesso ao Patrimônio Genético a ao CTA.

No decorrer da oficina, outras polêmicas sugeriram: uma relacionada ao **registro de patentes**, pois para a comunidade uma patente seria uma apropriação física de algum recurso da comunidade, onde ela jamais poderia requerer este recurso novamente; outro relacionado à proibição da venda, na cidade, das garrafadas produzidas pela comunidade. A comunidade não aceita esta proibição, para comercialização de produtos sem autorização dos



órgãos competentes. Alegam que este conhecimento pertence à comunidade e ela teria o direito de comercializar, onde e para quem lhes interessasse. “- esse remédio é nosso, nos que sabe fazer, e a gente num pode vender o que é da gente” afirmou um dos participantes.

Notamos que mesmo diante de todo o esforço da equipe, para esclarecer estas questões, a comunidade não assimilou de forma satisfatória as explicações apresentadas, uns participantes continuaram classificando o uso desautorizado de fotografias como biopirataria e querendo comprar benefícios financeiros das pesquisas de nível básico.

Desta forma, queremos deixar registrada a necessidade de realização de outras oficinas, para um melhor esclarecimento à comunidade, visto que, estas são questões que afetam diretamente o seu dia-a-dia: uso de imagem, patentes, comercialização de remédios naturais e em especial tipos de tombamentos e registro de cultura imaterial, outra demanda apresentada pela comunidade, para assegurar seus direitos sobre os Conhecimentos Tradicionais não associados, que muitas vezes também são apropriados por terceiros.

Apesar do povo Katukina, também não fazer diferenciação entre os tipos de conhecimento, a divisão conceitual entre **Conhecimento Tradicional** e **Conhecimento Tradicional Associado**, nesta oficina foi até o momento a menos traumática para a comunidade, os participantes não demonstraram surpresa e nem resistência em suas falas. Trabalhamos esta divisão através de um diagrama construído em conjunto com os participantes e utilizando o termo “**substância das plantas e bichos**” para nos referirmos ao CTA<sup>4</sup>, talvez a adaptação de metodologia tenha ajudado, mas também não podemos deixar de considerar que esta comunidade já vem a algum tempo participando de discussões parecidas, dentro do Projeto Kambô, desenvolvido pelo PROBEN-MMA. Porém, nos surpreendeu o fato da comunidade, em nenhum momento da oficina, citar este projeto, ou qualquer outro caso relacionado à vacina do sapo Kambô.

A exemplo do que ocorreu em outras comunidades, que sempre haviam informações desencontradas ou somente boatos referentes ao patenteamento do Kambô, esperávamos uma grande discussão e polêmica entorno da realização de pesquisas e comercialização da vacina do kambô, já que os katukina foram os primeiros a registrar formalmente denúncias sobre a comercialização das aplicações da vacina e são hoje uma das comunidades que participam das discussões sobre pesquisas de bioprospecção relativas a substância deste animal. Mas a oficina transcorreu sem nenhum questionamento a este respeito, e encerramos nossas atividades na tarde do

---

<sup>4</sup> Conhecimento Tradicional Associado



dia 29/07, com a apresentação do sistema de informação do projeto “Aldeias Vigilantes” e dos pontos de apoio para a comunidade.

## [ 6. AVALIAÇÃO ]

### 6.1. Avaliação com equipe e comunidade

#### 6.1.1. Pontos Positivos

- Todos ficaram bem à vontade de falar, tanto na língua quanto em português;
- O conhecimento é novo, poucos sabiam e é algo muito importante para comunidade, pois agora sabem se proteger;
- A amazonlink.org cumpriu seu compromisso firmado com os representantes da comunidade no encontro de fevereiro, que seria realizar esta oficina na T.I.;
- Alimentação foi boa e pontual;
- A oficina proporcionou uma oportunidade da comunidade se reunir com os parentes das outras aldeias;
- Os participantes vão poder repassar para as demais pessoas da comunidade os conhecimentos adquiridos;
- Os moderadores deixaram os participantes à vontade para perguntarem;
- A estrutura do kupishawa e da casa foram adequados para as atividades da oficina;
- A equipe aprendeu muito com a comunidade.

#### 6.1.2. Pontos Negativos

- A oficina foi curta, precisando de uma outra oficina para o próximo ano;
- Certificados não puderam ser entregues na oficina, devido a um erro na digitação;



- A mobilização foi pouca;
- Não houve participação das mulheres

## [ 7. ANEXOS ]

I – Lista de Presença em anexo

I – Autorizações